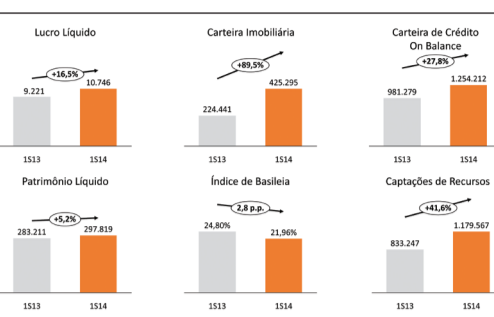




**BANCO INTERMEDIUM S/A**  
 CNPJ: 00.416.968/0001-01  
 Avenida do Contorno, 7777 - 2º e 3º Andar - Bairro Lourdes - CEP. 30110-051 - Belo Horizonte/MG  
 Tel.: (xx 31) 2101-7000  
 www.intermedium.com.br | Twitter: Twitter.com/gintermedium / Facebook: facebook.com/intermedium

**BANCO INTERMEDIUM S/A**

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**



Apresentamos o Relatório da Administração do Banco Intermedium relativo ao semestre findo em 30/06/2014, em conformidade com as determinações legais e estatutárias. Finalizamos o primeiro semestre de 2014 pautado por importantes realizações, com avanços significativos na concretização de nossas estratégias, voltado para o fortalecimento dos pilares da instituição concomitante ao seu crescimento sustentável. A carteira de crédito teve uma expansão de 27,8% nos últimos doze meses, atingindo o saldo de R\$ 1,25 bilhão. O foco comercial no segmento mobiliário se faz presente no expressivo crescimento anual de 89,5% de sua carteira e já representa 33,9% do portfólio de produtos do Banco.

do funding. Encerramos a implementação da "LCI IPCA", um novo produto de investimento, com o indexador diferenciado e prazos mais alongados, a fim de inibir os descausamentos provocados pelas operações ativas de longo prazo.

**Balancos patrimoniais Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013**  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Semestres		Passivo	Nota	Semestres	
		2014	2013			2014	2013
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	4	1.602	533	Depósitos à vista	13a	15.398	21.599
Aplicações interfinanceiras	5	149.177	90.194	Depósitos interfinanceiros	13a	50.561	15.141
Títulos e valores mobiliários	6	41.158	61.520	Depósitos a prazo	13a	181.726	90.514
Instrumentos financeiros derivativos	7		2.046	Letras de crédito	13b	393.338	273.569
Relações interfinanceiras	8	1.621	1.477	Relações interfinanceiras	13b	417	158
Operações de crédito	8	510.070	365.865	Obrigações por empréstimos e repasse	13	13.703	86
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(39.981)	(47.965)	Obrigações, operações, vendas e transferências	14	61.870	98.526
Operações de crédito vinculadas	8	60.935	95.158	Outras obrigações	15	49.520	17.606
Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculadas	8	(1.878)	(3.917)	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>766.633</b>	<b>517.199</b>
Juros antecipados	9	22.224	28.228	<b>Exigível a longo prazo</b>			
Outros valores e bens	10	9.492	8.338	Depósitos a longo prazo	13a	509.880	396.901
Despesas antecipadas	11	29.992	29.711	Letras de crédito	13b	28.564	35.523
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>784.738</b>	<b>630.808</b>	Obrigações por empréstimos e repasse		1.260	930
<b>Não circulante</b>				Obrigações operações vendas e transferências	14	40.685	61.184
Realizável a longo prazo	5	1.815	3.212	Outras obrigações	15	7.541	18.963
Aplicações interfinanceiras	6	135.966	110.786	<b>Total do exigível a longo prazo</b>		<b>587.930</b>	<b>513.501</b>
Operações de crédito	8	644.240	467.275	Capital social		267.229	259.891
Operações de crédito vinculadas	8	38.967	52.981	Reserva de lucros		30.660	23.344
Outros créditos	9	13.048	5.420	(-) Ajuste valor de mercado		(70)	39
Outros valores e bens	10	203	119	(-) Ações em tesouraria			(63)
Despesas antecipadas	11	22.224	28.228	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>18</b>	<b>297.819</b>	<b>283.211</b>
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>856.463</b>	<b>668.021</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>885.749</b>	<b>796.712</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.652.382</b>	<b>1.313.911</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>1.652.382</b>	<b>1.313.911</b>

**Demonstrações de resultados Semestres em 30 de junho de 2014 e 2013**  
(Em milhares de Reais)

Receitas da intermediação financeira	Nota	Semestres	
		2014	2013
Operações de crédito		107.684	74.814
Resultado com aplicações interfinanceiras		4.760	2.373
Resultado com títulos e valores mobiliários		19.805	12.713
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros		11.548	15.583
<b>Total</b>		<b>143.797</b>	<b>105.483</b>
<b>Despesas da intermediação financeira</b>			
Operações de captação no mercado	(55.757)	(28.633)	
Obrigações empréstimos e repasses	(450)	(79)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(27.661)	(28.189)	
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	(11.161)	(9.271)	
<b>Total</b>		<b>(95.029)</b>	<b>(66.172)</b>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>48.768</b>	<b>39.311</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>			
Rendas de prestação de serviços	5.065	3.285	
Despesas de pessoal	(17.401)	(7.466)	
Outras despesas administrativas	20	(23.646)	
Despesas tributárias	(1.271)	(835)	
Resultado de participações em controladas	12	60	
Outras receitas operacionais líquidas	21	5.535	
Outras despesas operacionais líquidas	22	(3.091)	
<b>Total</b>		<b>(34.749)</b>	<b>(27.726)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>14.019</b>	<b>11.585</b>
Resultado não operacional	(527)	(973)	
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>13.492</b>	<b>10.612</b>
Imposto de renda e contribuição social	17	(2.746)	
<b>Resultado do semestre</b>		<b>10.746</b>	<b>9.221</b>
<b>Resultado por ação - RS</b>		<b>0,91</b>	<b>0,78</b>

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres Findos em 30 de junho de 2014 e 2013**  
(Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2012	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
255.890						274.443	
Aumento de capital						4.001	9.221
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			461	(461)			
Constituição de reserva de lucros a distribuir				4.052	(4.052)	(4.708)	215
Ações em tesouraria		215					39
Ajuste valor de mercado					39		283.211
<b>Saldo em 30 de junho de 2013</b>	<b>259.891</b>	<b>(63)</b>	<b>3.091</b>	<b>20.253</b>	<b>39</b>	<b>288.002</b>	<b>5.695</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	261.534	(63)	3.487	23.064	(20)	288.002	10.746
Aumento de capital						10.746	
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			537	(537)			
Constituição de reserva de lucros a distribuir				3.572	(3.572)	(6.637)	63
Juros sobre o capital próprio (RS 0,56 por ação)					(6.637)		(50)
Ações em tesouraria		63			(50)		267.229
Ajuste valor de mercado					(70)		
<b>Saldo em 30 de junho de 2014</b>	<b>267.229</b>	<b>(63)</b>	<b>4.024</b>	<b>26.636</b>	<b>(70)</b>	<b>297.819</b>	

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014 e 2013**  
(Em milhares de Reais)

**1 Contexto operacional**  
 O Banco Intermedium S.A. ("Instituição" ou "Banco") iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades. Por meio de suas controladas, a Instituição atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais, prestação de serviços de cobrança, informações cadastrais a pessoas físicas e jurídicas, prestação de serviços de informática e desenvolvimento de software, corretagem e agência-mento.

Os acionistas da Intermedium - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. decidiram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2008, pela alteração do Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades. Por meio de suas controladas, a Instituição atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais, prestação de serviços de cobrança, informações cadastrais a pessoas físicas e jurídicas, prestação de serviços de informática e desenvolvimento de software, corretagem e agência-mento.

A Diretoria do Banco Central do Brasil (Bacen) manifestou-se, em 13 de fevereiro de 2008, favorável ao projeto de transformação. A Instituição recebeu autorização para iniciar as operações como Banco Múltiplo no dia 18 de agosto de 2008.

**2 Apresentação das demonstrações financeiras**  
 As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às demonstrações autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), no que for aplicável.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 22 de julho de 2014.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução nº 3.566/2008 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos.
- Resolução nº 3.604/2008 - CPC 03 (R2) - Demarcação do fluxo de caixa.
- Resolução nº 3.750/2009 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas.
- Resolução nº 3.989/2011 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.
- Resolução nº 4.007/2011 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012).
- Resolução nº 3.873/2011 - CPC 24 - Eventos subsequentes
- Resolução nº 3.823/2009 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
- Resolução nº 4.144/2012 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do Banco Intermedium.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, quando aplicável para a Instituição, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com o BR GAAP.

**3 Principais práticas contábeis adotadas**  
**a. Auração de resultado**  
 O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo registrado no balanço patrimonial de acordo com a contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

**b. Disponibilidades e aplicações financeiras**  
 Caixa e equivalentes de caixa, conforme a Resolução CMN nº 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados à data da contratação.

**c. Operações ativas e passivas**  
 As operações ativas (circulante e realizável a longo prazo) são demonstradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (em base pro rata die).

As operações passivas (circulante e exigível a longo prazo) referem-se a passivos conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço (em base pro rata die).

**d. Provisão para perdas com operações de crédito**  
 É constituída com base na Resolução Bacen nº 2.682/1999, analisando os riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas.

**e. Aplicações interfinanceiras e créditos e títulos e valores mobiliários**  
 São registrados pelo montante aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

A Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar alterou a classificação de títulos e valores mobiliários criando três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizadas, não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.
- Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a Valor de Mercado - Títulos disponíveis para venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, os quais a

**Demonstrações de resultados Semestres em 30 de junho de 2014 e 2013**  
(Em milhares de Reais)

Receitas da intermediação financeira	Nota	Semestres	
		2014	2013
Operações de crédito		107.684	74.814
Resultado com aplicações interfinanceiras		4.760	2.373
Resultado com títulos e valores mobiliários		19.805	12.713
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros		11.548	15.583
<b>Total</b>		<b>143.797</b>	<b>105.483</b>
<b>Despesas da intermediação financeira</b>			
Operações de captação no mercado	(55.757)	(28.633)	
Obrigações empréstimos e repasses	(450)	(79)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(27.661)	(28.189)	
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	(11.161)	(9.271)	
<b>Total</b>		<b>(95.029)</b>	<b>(66.172)</b>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>48.768</b>	<b>39.311</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>			
Rendas de prestação de serviços	5.065	3.285	
Despesas de pessoal	(17.401)	(7.466)	
Outras despesas administrativas	20	(23.646)	
Despesas tributárias	(1.271)	(835)	
Resultado de participações em controladas	12	60	
Outras receitas operacionais líquidas	21	5.535	
Outras despesas operacionais líquidas	22	(3.091)	
<b>Total</b>		<b>(34.749)</b>	<b>(27.726)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>14.019</b>	<b>11.585</b>
Resultado não operacional	(527)	(973)	
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>13.492</b>	<b>10.612</b>
Imposto de renda e contribuição social	17	(2.746)	
<b>Resultado do semestre</b>		<b>10.746</b>	<b>9.221</b>
<b>Resultado por ação - RS</b>		<b>0,91</b>	<b>0,78</b>

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres Findos em 30 de junho de 2014 e 2013**  
(Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2012	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
255.890						274.443	
Aumento de capital						4.001	9.221
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			461	(461)			
Constituição de reserva de lucros a distribuir				4.052	(4.052)	(4.708)	215
Ações em tesouraria		215					39
Ajuste valor de mercado					39		283.211
<b>Saldo em 30 de junho de 2013</b>	<b>259.891</b>	<b>(63)</b>	<b>3.091</b>	<b>20.253</b>	<b>39</b>	<b>288.002</b>	<b>5.695</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	261.534	(63)	3.487	23.064	(20)	288.002	10.746
Aumento de capital						10.746	
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			537	(537)			
Constituição de reserva de lucros a distribuir				3.572	(3.572)	(6.637)	63
Juros sobre o capital próprio (RS 0,56 por ação)					(6.637)		(50)
Ações em tesouraria		63			(50)		267.229
Ajuste valor de mercado					(70)		
<b>Saldo em 30 de junho de 2014</b>	<b>267.229</b>	<b>(63)</b>	<b>4.024</b>	<b>26.636</b>	<b>(70)</b>	<b>297.819</b>	

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014 e 2013**  
(Em milhares de Reais)

Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acessado dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

**f. Instrumentos financeiros derivativos**  
 De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para a administração a exposição global de risco) são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como:

- Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o objeto do hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.
- Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

**g. Investimentos**  
 Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

**h. Imobilizado**  
 É demonstrado pelo custo, deduzidas as depreciações que são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas de depreciacões: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

**i. Provisão para imposto de renda e contribuição social**  
 A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, ajustado conforme legislação específica.

A Lei nº 11.727, de 3 de junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras de 9% para 15% do lucro tributável a partir de maio de 2008. Dessa forma, o encargo da Contribuição Social sobre o lucro tributável foi acrescido pelo diferencial de alíquota de 6% naquela data.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do semestre, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelas arts. 36 e 37 da referida Lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição (RTT), devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e os critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

**j. Despesas antecipadas**  
 A apropriação ao resultado do exercício e do semestre das parcelas de despesas com comissão sobre operações de crédito e correspondentes é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

**k. Ativos e passivos contingentes**  
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme os critérios a saber:

- Ativos contingentes: não são



**BANCO INTERMEDIUM S/A**  
 CNPJ: 00.416.968/0001-01  
 Avenida do Contorno, 7777 - 2º e 3º andar - Bairro Lourdes - CEP: 30110-051 - Belo Horizonte/MG  
 Tel.: + (xx 31) 2101-7000  
 www.intermedium.com.br | Twitter: Twitter.com/@intermedium / Facebook: facebook.com/b.intermedium



As operações de crédito são compostas, substancialmente, por operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, e por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento e créditos imobiliários.

**d) Instituições financeiras e fundos de recebíveis**  
 Exceto pelas cessões realizadas para os FIDCs (conforme Nota Explicativa nº 6.d), durante o semestre de 2014 não houve cessão de recebíveis. O saldo total, até 30 de junho de 2014, dos contratos cedidos com coobrigação é de R\$ 22.010 (2013: R\$ 56.385). Para esses valores, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 4.841 (2013: R\$ 9.500).

**(e) Operações de crédito vinculadas**  
 No semestre findo em 30 de junho de 2014, a Instituição possui saldos de operações de cessão de créditos com retenção substancial de risco com FIDCs e securitização com Brazilian Securities, conforme abaixo demonstrado:

	2014		2013	
	FIDCs	Securitização	FIDCs	Securitização
Curto Prazo	52.840	8.095	95.158	
Longo Prazo	17.401	21.566	52.981	
<b>Total</b>	<b>70.241</b>	<b>29.661</b>	<b>148.139</b>	

**9 Outros créditos**  
 Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	2014		2013	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
Circulante	37.794	35.609	888	844
Adiantamentos a terceiros	10.753	9.611	3.592	312
Imposto de renda a compensar	37.794	35.609	9.549	8.533
Devedores diversos (a)	10.753	9.611	15.575	16.668
Créditos tributários (b)			280	81
Antecipações IRPJ/CSLL			492	(142)
Depósitos em garantia			22.550	27.848
Outros créditos com característica de cessão de crédito				
(c) Provisão para outros créditos			3.844	4.213
Circulante	48.547	45.220	659	842
Não circulante			8.545	365
Créditos tributários (b)			13.048	9.420
Depósito em garantia (c)				
Outros créditos com característica de cessão de crédito				
Não circulante				

(a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R\$ 6.227 (2013: R\$ 5.375), recompra de operações de crédito no valor de R\$ 793 (2013: R\$ 662), retenções de saldo de cessão no valor de R\$ 1.629 (2013: R\$ 2.496) e outros valores R\$ 897 (2013: R\$ 850).

(b) A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em Orçamento Contábil preparado para o biênio de 2014/2015.

	2014		2013	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
Créditos diferidos	37.794	35.609	9.449	8.902
IR	10.753	9.611	2.688	2.403
CSLL	37.794	35.609	9.449	8.902
Total do circulante	10.753	9.611	2.688	2.403
Total do não circulante	48.547	45.220	11.305	7.282
Total geral	59.341	54.829	13.993	9.685

Os créditos tributários vencíveis em 2014 são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito, cuja debitabilidade ocorre após 180 dias da data de vencimento das operações. Pelo fato de a totalidade desses créditos ter sua realização dentro do próprio exercício social, em 31 de dezembro de 2014, não são apresentados saldos com realização para o exercício de 2015.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões fiscais sobre as operações com realização prevista para 2015. O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes — CDI de 10,83% a.a. —, está descontado de R\$ 1.331 mil, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$ 19.419 mil em 30 de junho de 2014.

	30/06/2014		Saldo de créditos tributários
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	32.787	32.787	13.114
Provisão sob ações civis	706	706	282
Provisão sob processos trabalhistas	1.335	1.335	534
Prejuízo fiscal	13.720	13.720	5.489
Base de cálculo	48.548	48.548	19.419
Aliquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	12.137	7.282	
Créditos tributários - 31/12/2013	50.220	50.220	
Constituição - 2014	25.322	25.322	
Realização - 2014	(26.994)	(26.994)	
Créditos tributários - 2014	48.548	48.548	
Circulante			15.575
Não Circulante			3.844

(c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$ 659 (2013: R\$ 617); e ii) a valores bloqueados pelo Baecen JUD em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$ 280 (2013: R\$ 225).

**10 Outros valores e bens**  
 Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em base de pagamento de empréstimos. A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração. A composição desses bens é a seguinte:

	2014	2013
Outros valores e bens	9.746	8.508
Provisão para desvalorização	(51)	(51)
Bens não de uso próprio	9.695	8.457
Circulante	9.492	8.338
Não circulante	203	119

A Instituição difere as despesas com comissões pagas aos seus correspondentes conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificadas nesta rubrica até a realização futura das rendas pertencentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. O saldo dessas despesas (circulante e não circulante) representa R\$ 52.216 em 30 de junho de 2014 (2013: R\$ 57.639).

Demonstramos abaixo a realização das despesas antecipadas para os próximos exercícios sociais:

Ano	Valor da despesa
2014	20.604
2015	16.588
2016	8.644
2017	3.932
A partir de 2017	2.448
<b>Total</b>	<b>52.216</b>
Circulante	29.992
Não circulante	22.224

**12 Investimentos**  
 Os ajustes dos investimentos, decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, foram registrados em contas de resultado e podem ser assim apresentados:

	Valor contábil	Resultado de equivalência
Empresa controlada		
Intermedium Promotora de Vendas Ltda.	30	326
Intermedium Servicos de Cobrança Ltda.	10	99,80%
IFI Software Ltda.	10	99,80%
Interfronting Corretora de Seguros Ltda.	9	1.552
Intermedium DTVM Ltda.	2.000	1.856
<b>Total</b>	<b>3.347</b>	<b>7.721</b>
		<b>60</b>
		<b>1.836</b>

**13 Depósitos e letras de crédito**  
**a) Depósitos**

	2014		2013	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Depósitos à vista	15.398			15.398
Depósitos interfinanceiros		10.079	40.482	50.561
Depósitos a prazo	21.918	68.276	91.532	509.880
<b>Total geral</b>	<b>37.316</b>	<b>78.355</b>	<b>132.014</b>	<b>509.880</b>

**b) Letras de crédito**

	2014		2013	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Letras de Crédito Imobiliário	55.055	205.161	96.112	28.143
Letras de Crédito Agrícola	2.445	4.608	609	22
Letras Financeiras		29.448	399	29.847
<b>Total geral</b>	<b>57.500</b>	<b>239.217</b>	<b>96.721</b>	<b>28.564</b>

**14 Obrigações, operações, vendas e transferências**  
 (a) Referem-se a operações de vendas e transferências de risco com FIDCs, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil para operações efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2012 que, por tratar-se de mudança de política contábil decorrente de exigência do órgão regulador, não tem alcance retrospectivo.

	2014	2013
FIDCs		
Composição		
Obrigações de vendas e transferências	72.894	139.523
<b>Total</b>	<b>72.894</b>	<b>139.523</b>
Circulante	53.775	93.017
Não circulante	19.119	46.506

(b) Referem-se à securitização de operações de vendas e transferências de risco com Brazilian Securities, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil para operações efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2012 que, por tratar-se de mudança de política contábil decorrente de exigência do órgão regulador, não tem alcance retrospectivo.

	2014	2013
Securitização		
Composição		
Obrigações de vendas e transferências	29.661	20.187
<b>Total</b>	<b>29.661</b>	<b>20.187</b>
Circulante	8.095	5.509
Não circulante	21.566	14.678

As operações de crédito vinculadas a cessões estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 8.

**15 Outras obrigações**

	2014	2013
Composição		
Impostos devidos	3.934	1545
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	16.547	16.061
Provisão para imposto de renda e contribuição social (b)	659	617
Credores por recursos a liberar	29.039	
Outros (c)	6.882	18.346
<b>Total</b>	<b>57.061</b>	<b>36.569</b>
Circulante	49.520	17.606
Não circulante	7.541	18.963

(a) "Credores diversos", no valor de R\$ 5.646 (2013: R\$ 4.464); parcelas de cessões de crédito a pagar, no montante de R\$ 2.382 (2013: R\$ 1.953); e "Outros", no valor de R\$ 8.519 (2013: R\$ 9.644), representados por fornecedores, provisões para despesas de pessoal e provisões para impostos a recolher.

(b) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$ 659 (2013: R\$ 617), cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 7).

(c) Provisão para contingências relativa a diversas ações civis e trabalhistas no valor de R\$2.041 (2013: R\$ 1.958) — vide Nota Explicativa nº 19 —, julgada suficiente pela Administração da Instituição conforme opinião de seus assessores jurídicos; provisão para PIS/COFINS no valor de R\$ 0 (2013: R\$ 6.888); provisão para cessões de créditos com coobrigações no valor de R\$ 4.841 (2013: R\$ 9.500). Demonstramos abaixo a provisão para a carteira cedida em 30 de junho de 2014.

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.492	13.492	10.612	10.612
Adições (e) exclusões (f) líquidas:				
Juros sobre capital próprio	(6.637)	(6.637)	(4.708)	(4.708)
Equivalência patrimonial	(60)	(60)	(1.836)	(1.836)
PCLD, líquida	670	670	(740)	(740)
Outras, líquidas	(2.203)	(2.203)	624	624
Base de cálculo	5.262	5.262	3.952	3.952
Aliquota efetiva (15%)	789	789	593	593
Aliquota adicional (10%)	475	475	359	359
IRPJ e CSLL diferidos	442	251	(96)	(58)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.706	1.040	856	535

Os recolhimentos por estimativa de imposto de renda e contribuição social foram, respectivamente, R\$ 2.208 e R\$ 1.326 (em 2013: R\$ 1.034 e 517, respectivamente).

**18 Patrimônio líquido**  
**(a) Capital social**  
 O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.846.305 ações nominativas, sendo 6.030.415 ordinárias e 5.815.890 preferenciais, todas sem valor nominal. Em 30 de abril de 2014, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$ 52, passando de R\$ 261.534 para R\$ 261.586, em espécie com emissão de ações. O aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 25 de maio de 2014. Em 13 de junho de 2014, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$ 5.643, passando de R\$ 261.586 para R\$ 267.229, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 01 de julho de 2014.

**(b) Reserva legal**  
 É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

**(c) Reserva de retenção de lucros**  
 Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

**(d) Dividendos distribuídos**  
 Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014, foi distribuído aos acionistas o montante de R\$ 6.637 pagos na forma de Juros sobre o Capital Próprio, não sendo distribuídos dividendos.

**(e) Ações em tesouraria**  
 O saldo de ações em Tesouraria em 30 de junho de 2014 perfaz o montante de R\$ 0 (R\$ 63 em 2013).

**(f) Ajuste a valor de mercado**  
 O saldo de ajuste a valor de mercado é R\$ 70 (R\$ 39 em 2013) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda, que são marcados a mercado.

**19 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**  
**(a) Ativos contingentes**  
 Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.

**(b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**  
 O Banco Intermedium é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações civis e trabalhistas no valor de R\$ 2.041 (2013: R\$ 1.958) e provisão para PIS no valor de R\$ 0 (2013: R\$ 6.888).

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

**b.1) Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais**  
 A) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$ 637, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.  
 B) O Banco Intermedium possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na recente prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, a Instituição, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.

**B.1)** Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item B acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referente à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para junho de 2014: Principal R\$ 1.254.405,31, multa R\$ 250.881,06, juros R\$ 1.848.957,51 - Total R\$ 3.354.243,88.

Em 5 de outubro de 2010 foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.  
**B.2)** Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para junho de 2014: Principal R\$ 3.495.852,96, multa R\$ 699.170,59, juros R\$ 2.714.841,63 - Total R\$ 6.909.865,18.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

**B.3)** Em 11/11/2010 lavrados para constituir créditos tributário a Títulos de PIS e COFINS, acrescido de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de 03/2006 a 12/2008, teria recolhimento insuficientes das contribuições em questão.  
 Cofins: Principal R\$ 7.788.142,08, multa R\$ 5.841.106,56, juros R\$ 6.907.205,54 Total R\$ 20.536.454,18.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.  
**B.4)** Em 30/08/2013 foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL relativos aos anos-calendários de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL. Principal R\$ 10.635.072,27, multa R\$ 20.553.223,09, juros R\$ 4.978.490,79 Total R\$ 36.166.786,15.

Foi protocolada impugnação administrativa em 30/09/2013. Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa da empresa, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

**(c) Movimentação das provisões e classificação por natureza**

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 01/01	1.336	395		1.731
Constituições/Atualizações	400	955	5.282	6.637
Pagamentos/Reversões	(401)	(644)	(5.282)	(6.327)
Saldo Atual 30/06/2014	1.335	706		2.041

**(d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**  
 O Banco Intermedium mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos em que figura como "autor" ou "ré", e amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Assim, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível ou remota não são reconhecidos contabilmente e os principais processos com classificação de perda possível possuem estimativa de valor dos assessores jurídicos de R\$ 33.061 em 30 de junho de 2014.

**DLO - DOCUMENTO DE LIMITES OPERACIONAIS**  
**ÍNDICE DE BASILÉIA - REFERÊNCIA: 06/2014**  
**DETALHAMENTO DAS MARGENS DE REQUERIMENTO RELATIVAMENTE AO RWA**

Descrição	2014	2013
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA		292.508
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (		